

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor -
CTPAPD**

Ata da 15ª Reunião Ordinária de

Data: 13/11/2013

Local: SR 1- CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Daniel Mancebo (CMP/CGPU-SMU) Wanderson Barreto Corrêa (CMP/CGPU-SMU); Mônica Bahia Schlee (CMP/CGPU-SMU); Claudia Muricy (CMP/CGPU-SMU); Marcelo Silva da Fonseca (SMU/CGPIS); Ângela Cegalla (SMU/CGPE); Marcos Borges (SMAC); Ricardo Neiva (GEO-RIO); Davi Figueiredo Becker (Defesa Civil); Henrique Mendes (CET-RIO); Elvira Rossi (RIOURBE); Leonardo Paiva (RIOURBE); Jean Pierre (CAU); Cesar Vieira (SMO); Rosane Lopes (SMH); Luiz Roberto Damata (PGM); Marisa (CPL/GPL5 -SMU); Ana Carolina (CPL/GPL5-SMU); Luciana Gennari (CPL/GPL5-SMU); Alexandre Ribeiro (CPL/GPL5-SMU); Felipe Manhães (CPL/GPL5-SMU); Paulo Gerbassi (SMTR).

A reunião foi iniciada às 10 horas e 20 minutos.

Assuntos tratados:

Daniel (CMP) fez a leitura da ata da 14ª reunião ordinária do Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor. Não havendo observações, a ata foi aprovada por todos.

Daniel (CMP) informa que foram encaminhados os ofícios no mês de outubro aos órgãos componentes do Comitê, solicitando o envio das ações estruturantes executadas ao longo de 2012 e 2013. Foi informado ainda que as respostas de algumas Secretarias já chegaram à SMU.

Henrique (CET-RIO) e Marcelo (SMU/CGPIS) informaram que ainda não tiveram ciência do ofício e tentarão localizá-lo. Os demais órgãos presentes à reunião não relataram problemas no recebimento.

Daniel (CMP) apresenta estrutura do Relatório de Acompanhamento 2012 e 2013 e o coloca em discussão. Informou também que na próxima reunião do CTPD a coordenação do Comitê entregará a minuta do Relatório para todos os membros, para que na reunião de janeiro de 2014 o

texto seja fechado e neste período os órgãos encaminhem suas propostas de modificação. Em fevereiro de 2014 o relatório deve ser fechado, no prazo estabelecido no Plano Diretor, para ser entregue ao Prefeito. Após, será dada publicidade.

Daniel (CMP) informa que será enviado a todos tanto a proposta do plano plurianual – PPA para o período de 2014 a 2017, como também a em vigor.

Davi Becker (Defesa Civil) afirma que é importante entregarmos o relatório para os demais órgãos para que eles possam compatibilizar as ações.

Daniel esclarece que será feita uma avaliação referente às discussões desenvolvidas ao longo do ano, consolidando as propostas e demandas para que constem no Relatório.

Marisa (GPL5) inicia apresentação sobre os diagnósticos sobre a região de planejamento de Guaratiba.

Ao final da apresentação, Davi Becker (Defesa Civil) questiona se foi considerado o nível do mar no trabalho de Guaratiba, uma vez que esta área está em uma cota muito baixa. Esta informação estaria em um estudo elaborado pelo IPP, que resultou em um mapa de alagamento.

Marisa (GPL5) informa que foram considerados os alagamentos e que foram feitos vários estudos para a elaboração do trabalho de Guaratiba.

Daniel (CMP) defende que este tema, tratado na apresentação da Marisa, está inserido em uma questão maior, debatida no Comitê, que é a expansão urbana, relacionado a aspectos ligados à : infraestrutura e ao meio ambiente.

Cesar Vieira (SMO) fala sobre o projeto Bairro Maravilha e ocupação informal.

Discussão geral sobre áreas alagáveis e áreas irregulares.

Elvira Rossi (RIOURBE) discute a questão da localização de equipamentos públicos.

Rosane (SMH) afirma que não se pode proteger o meio ambiente sem tratar a questão da ocupação irregular através de uma política de habitação mais eficiente.

Claudia (CMP) sugere que no final do Relatório, onde haverá um espaço para avaliação e propostas, o Comitê proponha o desenvolvimento de um trabalho conjunto entre os diversos órgãos competentes, relacionando o controle da ocupação irregular à produção habitacional de interesse social, assim como já se vem montando a integração de política de controle em um Sistema de Controle do Uso do Solo.

Luiz Roberto (PGM) menciona a questão de a legislação atender à cidade formal, mas não alcançar a informal. Também se preocupa com a utilização de instrumentos onerosos em áreas de ocupação de baixa renda. Defende um mix de classes e rendas.

Monica (CMP) demonstra a importância da legislação de proteção, com os exemplos da cota 100 e das APAs, que efetivamente conseguiram preservar grandes áreas da cidade. Informa que a restrição acima da cota 100 garantiu a manutenção da cobertura vegetal nos maciços e que o IPP tem um estudo que revela que 70% das ocupações acima da cota 100 são formais e não de favelas.

Gerbassi (SMTR) defende que, ao se preocupar com a sustentabilidade e com as ocupações em áreas frágeis, o poder público não pode retirar ocupações irregulares de baixa renda destas áreas e, por outro lado, permitir a ocupação por empreendimentos imobiliários, mesmo mediante contrapartidas viabilizadas por instrumentos onerosos.

Jean Pierre (CAU) citou exemplo da França, que obriga a mistura de renda nos empreendimentos imobiliários.

Leonardo (RIOURBE) aborda a necessidade de se impedir ou limitar crescimento irregular da cidade.

Gerbassi (SMTR) fala que o Plano Diretor tem instrumentos que precisam de adaptações e discute o processo de elaboração da Lei.

Daniel (CMP) diz que uma das funções do Comitê é fazer propostas de adequação e modificação à Lei, para que se avance em suas matérias e, quando de sua avaliação em 2016 – após 5 anos de implementação do PD, possamos fazer uma ampla análise de todo o conteúdo do Plano. Também podem ser feitas adaptações no texto relativas às mudanças no contexto da Cidade, inclusive na definição e delimitação de Macrozonas.

Claudia (CMP) comenta que o Plano Diretor trouxe avanços em relação a várias matérias, em especial à sustentabilidade e à gestão do planejamento. E que o próprio CTPD é resultado do texto da nova lei. Mas para que ele funcione de fato, é necessário o esforço de todos os membros, para dar continuidade ao Plano Diretor, para implementar ou modificar o que for necessário.

Daniel (CMP) encerra a reunião às 12 horas e 25 minutos.

ENCAMINHAMENTOS:

- CMP/SMU se compromete a enviar o PPA.
- Órgãos responderão ao ofício com as ações implementadas em 2012 e 2013.